

Fronteiras

Revista Catarinense de História

Entrevista com Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Cibele Dalina Piva¹

Trajatória Acadêmica e Profissional

Cibele Dalina Piva: O que a motivou a escolher a História como área de formação?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: A escolha da profissão é sempre difícil para um jovem de 17 anos, e comigo não foi diferente. Inicialmente queria fazer Arquitetura, pois cresci acompanhando obras e aprendendo detalhes de construções com meu avô, que era construtor. Cheguei a entrar em um cursinho pré-vestibular com esse objetivo, mas acabei me encantando com a História, estimulada por um professor brilhante no cursinho, que fazia todos gostarem da disciplina – o que mostra a importância de um bom professor. Além disso, os museus já me fascinavam desde criança, especialmente o Museu da Independência (Museu do Ipiranga), próximo à minha casa, que marcou minha infância, tanto em brincadeiras nos jardins como em visitas ao Museu.

Passei no vestibular e realizei um sonho que era o de estudar na USP, onde minha irmã mais velha já estudava. Entrei em 1977 no bacharelado em História e concluí o doutorado em 1992. Foram quatro anos de graduação (bacharelado e Licenciatura), cinco de mestrado e mais cinco de doutorado, intercalados com casamento, dois filhos e a mudança de São Paulo para Joinville em 1984.

Cibele Dalina Piva: Como foi a experiência de transitar entre História, Patrimônio e Museologia em sua carreira?

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Brasil. E-mail: cibelpiva@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2809-565X>

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Essa transição foi natural, já que sempre vi museus e patrimônio cultural como parte da História. Durante a graduação, fiz Estágio no Museu da Casa Brasileira-MCB, em São Paulo, onde também participei de cursos de curta duração. Na mesma época, participei de cursos de extensão, também na área de museus, no Museu Paulista. Já em Joinville, dirigi o Museu Arqueológico de Sambaqui – MASJ e fiz inúmeras incursões docentes envolvendo História, Patrimônio e Museus. Entre 2013 e 2015 cursei todas as disciplinas do doutorado e realizei um pós-doutorado em Museologia na Universidade Lusófona, em Portugal, o que me ajudou muito como docente no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Apesar disso, nunca me considerei museóloga.

No MCB, trabalhei com pesquisa documental em inventários e testamentos paulistas, identificando mobiliário desde o século XVI. Essa experiência foi fundamental para minha dissertação de mestrado, *Atitudes Perante a Morte em São Paulo (séculos XVI a XIX)*, e reforçou a importância da prática para compreender a teoria.

Essa ligação da História com Museus e Patrimônio Cultural foi se fortalecendo ao longo da minha carreira.

No MASJ, além de me envolver intensamente com todas as atividades ali existentes, também conheci pessoas e problemas ligados ao Patrimônio Cultural da cidade, fatos que ficaram comigo desde então, se tornando objetos de luta e trabalho. Foi um período intenso, com uma equipe muito competente e que me ajudou a desenvolver inúmeras atividades que visavam a pesquisa, a preservação e a divulgação do patrimônio arqueológico regional. Desenvolvi projetos de preservação e educação patrimonial, como o SOS Sambaquis, além de conseguir recursos para reformar a exposição permanente e instituir o logotipo do museu, ainda em uso. Também promovi parcerias internacionais e pesquisas de salvamento arqueológico. Essas experiências consolidaram minha ligação entre História, Museus e Patrimônio Cultural.

Em sala de aula também procurei a aproximação dessas três áreas. Tive parcerias com o Arquivo Histórico de Joinville, com o Museu Nacional de Imigração e Colonização e com o MASJ. Da mesma forma, aulas conjuntas com outras disciplinas e professores já aconteciam, geralmente, em forma de aulas de campo quando íamos para Florianópolis, nas Fortalezas e museus; para São Francisco do Sul, onde visitávamos o Centro histórico, o Museu Histórico e o Museu do Mar, além do Sambaqui da Prainha e suas oficinas líticas; ou para São Paulo, onde visitávamos vários museus.

Uma das atividades mais marcantes que desenvolvi com os alunos, e que também pode demonstrar como é longa a ligação entre a História e o Patrimônio Cultural na minha carreira, foi aquela que resultou no Tombamento do prédio do antigo Cine Palácio, na Rua XV de Novembro, centro de Joinville. Tudo iniciou nas aulas de Introdução ao Estudo da História, em 2001, quando estudávamos o patrimônio cultural e propus aos alunos que escolhessem um imóvel da cidade que, na opinião deles, deveria ser preservado. Após discussões e defesas de um e outro, a turma escolheu o prédio do antigo Cine Palácio que, na época, havia se transformado em uma igreja. A seguir foi feita uma pesquisa para ver se a população de Joinville também desejava que aquele prédio fosse preservado, e o resultado foi bem significativo. Foram perto de 2 mil assinaturas conseguidas pelos estudantes enquanto também desenvolviam uma pesquisa documental sobre o prédio. A empolgação dos estudantes nos motivou a levar o processo até o fim. O documento final foi encaminhado para as instâncias responsáveis e o prédio foi tombado. Foi o primeiro tombamento a nível municipal em Joinville, os demais existentes foram iniciativas federais e estaduais.

A cultura imaterial também foi objeto de estudos e pesquisas por várias ocasiões, gerando atividades interdepartamentais que, mais tarde, ajudaram no projeto de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, mas não caberiam aqui citá-las.

Ao longo dos anos foram muitas atividades que envolveram a História, os Museus e o Patrimônio Cultural. Integrei comissões de acervos; avaliei projetos; participei durante dez anos da Comissão do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural - Comphaan; ajudei a constituir o Sistema Municipal de Museus; prestei assessorias; fiz e orientei pesquisas direcionadas ao patrimônio local e regional, participei de Fóruns e Grupos de Trabalho, organizei eventos, dentre outras coisas. Essas experiências influenciaram enormemente minhas ações no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade - PPGPCS que ajudei a criar e iniciou suas atividades em 2008.

Portanto, a transição entre História, Patrimônio e Museologia significou um imbricamento entre as três áreas e nunca uma passagem de uma para outra com o abandono da anterior. Para mim essas áreas se completam, já que se interrelacionam.

Cibele Dalina Piva: Quais foram os maiores desafios ao atuar como professora e pesquisadora na Univille?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: O primeiro grande desafio foi enfrentar a sala de aula muito jovem, com alunos até mais velhos do que eu. Mais tarde, vieram outros, como a adaptação da graduação para o mestrado interdisciplinar, que exigia dialogar com estudantes de diferentes áreas. Isso me obrigou a pensar conteúdos de forma ampla e a orientar pesquisas de profissionais cujas leituras nem sempre tinham afinidade com o patrimônio cultural — uma experiência enriquecedora.

Como pesquisadora, um dos maiores obstáculos foi o fechamento do Arquivo Histórico de Joinville em 2001, devido uma contaminação fúngica na instituição. Isso nos levou a redirecionar pesquisas para outras cidades, ampliando horizontes e resultando em projetos interdisciplinares sobre patrimônio histórico e cultural da região da Baía Babitonga.

Experiência em Gestão Universitária

Cibele Dalina Piva: Como foi assumir cargos como Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação e Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: No ano de 1993, fui convidada para ser a diretora de Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão da FURJ (atual Univille). A instituição tinha o projeto de se tornar universidade, mas para isso se efetivar era necessário cumprir metas rigorosas em pouquíssimo tempo, como aumentar a capacitação docente e implantar o regime de tempo integral. Na época, eu era a única doutora da instituição, que contava com cerca de 20 a 30 mestres.

Tínhamos que atingir o índice de 25% do total de professores com mestrado ou doutorado, não ter mais nenhum professor com apenas graduação e ter de introduzir o tempo integral para docentes. Todos os professores eram horistas e, pelo projeto existente, tudo deveria estar instituído até 1995. Era um investimento que precisava ser muito bem planejado, pois a sobrevivência financeira da Instituição não poderia correr riscos. Embora houvesse um grupo de professores e funcionários engajados, as resistências internas eram enormes. Muita gente estava acomodada com a situação vigente e acreditava que a universidade só iria trazer custos à Instituição fazendo-a quebrar economicamente. Os embates eram acalorados nos Conselhos e nos corredores da Instituição.

Nessa caminhada tive a felicidade de ter ao meu lado a Profa. Ivone Jaci Moreira que ficou, na prática, cuidando do Ensino de Graduação e eu fiquei com o Ensino de Pós-graduação

(que envolvia também o Programa de Capacitação Docente), a Pesquisa e a Extensão. Nós duas nos reuníamos todos os dias, estudávamos as experiências das demais instituições ligadas ao Sistema Acafe² e de outras partes do país para ver como conseguir implantar todas as metas necessárias para alcançarmos o título de universidade. Foi um período de muito trabalho e imensos desafios. O nome de Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, surgiu com o reconhecimento da FURJ como universidade, quando oficialmente a Diretoria de Ensino (de graduação e pós-graduação), Pesquisa, Extensão se dividiu em duas pró-reitorias: a de ensino de graduação e a de pós-graduação, pesquisa e extensão, que eu assumi.

Cibele Dalina Piva: Que mudanças ou projetos considera mais marcantes durante sua gestão?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Acho que o maior desafio foi a implantação do Tempo Integral aos professores, uma das exigências para o reconhecimento da universidade. Depois de muitos estudos, visitas a outras Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina e do Paraná, simulações e convencimentos de incrédulos, apresentamos uma primeira proposta que chamamos de Plano Individual de Trabalho – PIT, que daria condições para implantarmos as 40 horas para alguns professores e iniciarmos o tempo integral na instituição. O PIT era baseado na experiência de outras universidades do sistema Acafe que tinham características parecidas com as da FURJ e foi adaptado às nossas necessidades, retirando algumas coisas que os colegas das outras Fundações, disseram que não havia dado certo. Cada professor que entrasse no PIT teria que inserir, em um formulário pré-estabelecido, todas as atividades desenvolvidas por eles na instituição, tudo contabilizado e acompanhado. Tratava-se de um controle rigoroso, necessário para garantir que o modelo funcionasse. O PIT começou oficializando o tempo integral para cerca de uma dezena de pessoas, todas com, no mínimo, mestrado e que já trabalhavam as 40 horas na Instituição. Era apenas uma forma de legitimar uma prática já existente e cujos recursos financeiros também já existiam, mas, é claro, isso não agradou aqueles que ficaram de fora. A reação foi enorme, pois os professores tinham como parâmetro as universidades públicas onde a maioria dos docentes tinha tempo integral, aposentadoria com salário completo e horas atividades. Isso era o sonho de todos, mas uma realidade impossível para uma instituição comunitária, sustentada pelos pagamentos de mensalidade e sem fins lucrativos como era a FURJ e continua sendo a Univille. A implantação

² Associação Catarinense de Fundações Educacionais.

do tempo integral deveria possibilitar a sustentabilidade financeira da Instituição a médio e longo prazo.

Enfrentamos todas as críticas e implantamos o PIT, que foi aprovado pelos Conselhos e sendo um dos primeiros passos para alcançar os requisitos para o reconhecimento enquanto universidade. A distribuição de horas pensada no PIT havia sido cuidadosamente trabalhada de forma a contemplar outras pessoas paulatinamente e foi o que aconteceu posteriormente. Mais tarde o PIT desapareceu dando lugar a Planos mais flexíveis já com a Universidade mais estruturada e sólida.

Paralelamente aos estudos para a implantação do tempo integral, elaboramos a resolução que instituía bolsas de estudo aos professores para agilizar a capacitação docente e, principalmente, depois de muita luta, conseguimos votar e instituir, em 1994, o Fundo de apoio à Pesquisa-FAP que previa 1% da receita corrente da Univille para a implementação da Pesquisa. As propostas iniciais eram 2% para o FAP e 2% para a FAEX que seria o Fundo de Apoio à Extensão, mas só conseguimos negociar 1% para o FAP. O Fundo de Apoio à Extensão ficou previsto na Política de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, mas não conseguimos aprovar naquele momento. A implantação do FAP foi fruto de muita negociação, muitos não concordavam que a Pesquisa fosse fundamental para a Universidade. Houve divergências, mas o resultado foi positivo. A criação do Fundo de Apoio à Pesquisa é reconhecida por muitos dirigentes da atual Univille como um marco para o desenvolvimento da Pesquisa na Instituição. Graças à existência do FAP a Univille hoje é uma referência em pesquisa na região norte do estado de Santa Catarina.

Ainda em 1994 criamos a Revista Univille e o Programa de Bolsas de Iniciação Científica no ano seguinte, metas da Política de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

Outro grande desafio daquela época que não posso esquecer está ligado às assembleias gerais destinadas à aprovação do Regimento Geral da nova universidade. Cada item do regimento era lido e votado em um auditório lotado. Eu comandeí todas as assembleias e posso dizer que não era um clima pacífico. Foi um exercício efetivo de democracia e cidadania.

Em agosto de 1995 conseguimos a aprovação do projeto de transformação da FURJ em universidade, em reunião ocorrida no Conselho Estadual de Educação, em Florianópolis.

Cibele Dalina Piva: Qual é sua visão sobre o papel das universidades regionais na valorização da cultura local?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Penso que as universidades regionais têm um papel extraordinário na valorização da cultura local, pois, para além do ensino, desenvolvem pesquisa e extensão e esses pilares são fundamentais para que se conheça e divulgue a cultura local. As universidades regionais em Santa Catarina têm desenvolvido projetos muito importantes nessa área e que se destacam nacional e internacionalmente.

História, Patrimônio Cultural e Museologia

Cibele Dalina Piva: Em sua opinião, qual é o maior desafio atual para o avanço da história pública e a preservação do patrimônio cultural no Brasil?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: As áreas de História Pública e Patrimônio Cultural trabalham com o que é público e, para além do patrimônio construído, incluem a documentação escrita, as mídias, a oralidade, as fotografias, filmes e tantos outros documentos que são públicos, e que podem ser fontes de pesquisas para diferentes projetos. Da mesma forma, a análise da cultura material presente em museus, monumentos, nas placas de ruas, nas esquinas, espaços públicos e tantos outros lugares, faz parte do trabalho dos historiadores há muito tempo. O Patrimônio Cultural é assim denominado no momento que assume algum tipo de reconhecimento público e sua historicidade é parte importante desse processo. Muito resumidamente, essas questões aproximam Patrimônio e História indelévelmente. Por outro lado, tanto o Patrimônio Cultural como a História e, especialmente a história chamada de “pública”, são espaços de poder e, como tais, de lutas constantes pelo domínio desses espaços. Durante inúmeros momentos da História, quer seja no Brasil ou em outras partes do mundo, essas lutas pelo poder da História e do Patrimônio, levaram a destruições, depredações, apagamentos dos mais diferentes tipos. Alguns exemplos disso podem ser as inúmeras esculturas que representavam personagens públicos, por exemplo, que tiveram cabeças cortadas ou foram totalmente destruídas; outros tantos monumentos milenares que foram sistematicamente destruídos por pessoas que não professavam a mesma fé que eles representavam; pessoas que tiveram seus nomes retirados de documentos para que “fossem apagados da história” pelo *Domnatio memoriae* romano na antiguidade; ou ainda arquivos que foram incendiados para que determinados documentos desaparecessem; retratos riscados, borrados ou rasgados propositalmente, os exemplos são inúmeros ao longo da história. Da mesma forma, na atualidade, vemos um movimento direcionado à destruição de monumentos, substituição de nomes de ruas ou praças de personagens considerados, por alguns, como “indignos” e por outros como “heróis”. Essas ações fazem parte da luta pelo poder que o

Patrimônio Cultural e a História Pública representam e penso que vivemos um período em que essas lutas estão cada vez mais acirradas. Cabe ao Historiador e aos profissionais do Patrimônio Cultural e de Museus, fazerem a intermediação pública para que paixões, ideologias, posicionamentos políticos, religiosos ou de outras origens, não ultrapassem o método e a ética profissionais, respeitando os direitos democráticos de que todos possam se manifestar. Vejo que isso está cada vez mais difícil. A História, o Patrimônio e já indo para a pergunta seguinte, também os Museus, são Públicos, “de todos”, porém, para serem de todos deveriam ser espaços democráticos, o que não significa que um mesmo espaço ou objeto deva representar a todos, pois isso não existe! Cada um de nós tem identificações diferentes, gostos, práticas culturais, ideologias, escolhas políticas, sexuais, religiosas, morais, enfim, somos indivíduos que, algumas vezes podemos nos identificar também com outras pessoas, outros grupos que pensam como nós, mas nunca com todos. Não aceitar isso, querer que todos pensem como nós ou que nos representem leva, a meu ver, a decisões unilaterais e passíveis de discórdias. Partindo desse princípio, penso que a História Pública e o Patrimônio Cultural, como espaços de lutas e de identificação, continuarão com dificuldades para sobreviver, continuarão a ser objetos de manipulação daqueles que tiverem mais poder para defendê-los ou destruí-los. Assim, o maior desafio talvez seja garantir políticas públicas consistentes e contínuas, que assegurem recursos e valorizem o patrimônio como parte da identidade coletiva. Sem isso, a preservação fica vulnerável a descontinuidades administrativas e à falta de investimentos, dentre outros.

Cibele Dalina Piva: Como a museologia pode dialogar com a história e a sociedade de forma mais inclusiva?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Acredito que a História e a Museologia sejam campos que se completam, são interdisciplinares, vejo tudo muito próximo. É claro que cada uma tem suas especificidades, mas ambas têm como foco a sociedade. A História estuda o homem em sociedade e a Museologia faz a mesma coisa, principalmente, mas não só, a partir da cultura material dessa sociedade.

Acredito que já está havendo uma grande aproximação dos museus com a sociedade de forma inclusiva. Os museus do século XXI já não são mais aqueles do século XIX e grande parte do século XX, que se preocupavam muito mais em serem guardiães do passado, exibindo coleções de objetos “únicos” ou “preciosos”, principalmente dos grupos mais abastados da sociedade. É claro que ainda existem museus assim, mas uma grande parte deles está voltada à

sociedade, trabalhando “junto” com ela e não “para” ela. Destaco os estudos da Sociomuseologia, que procuram evidenciar experiências museológicas bastante inclusivas e que levam os museus a trazer seu público para dentro do Museu não como simples expectadores, mas como agentes de transformações. Creio que os museus atuais estão procurando se adaptar às novas diretrizes da museologia. No entanto, não são mudanças fáceis, já que, para além das lutas pelo poder, os museus têm acervos que, muitas vezes, foram constituídos há muitos anos e que possuem limitações para atingir todo tipo de público.

Além dessas características, deve-se salientar que, no Brasil, a grande maioria das instituições museológicas sofre com falta de verbas e corpo técnico, o que não se deve ignorar como um grande empecilho a renovações museográficas, de trabalhos educativos ou até de simples atualizações nas informações existentes nas exposições. A museologia pode ser ponte entre memória e cidadania, ao valorizar narrativas diversas e dar voz a grupos historicamente marginalizados. Museus inclusivos ampliam o acesso e tornam-se espaços de diálogo social. Vejo que os grandes museus e aqueles que contam com apoio financeiro, quer sejam públicos ou privados, estão se adaptando e fazendo coisas incrivelmente atrativas e inclusivas, mas ainda temos um longo e trabalhoso caminho pela frente.

Cibele Dalina Piva: Quais experiências internacionais (como seu pós-doutorado em Lisboa) influenciaram sua visão sobre museus e patrimônio?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Em cada Museu que entramos as experiências são diferentes, assim como o são nas diversas vezes que entramos em um mesmo museu. No entanto, devo destacar como aquele Museu que mais me influenciou no exterior, talvez por ter sido um dos primeiros que conheci fora do Brasil, o Museu de Antropologia da Universidade da Britsch Columbia, no Canadá, em 1981. Na época eu ainda não conhecia um museu onde o visitante tivesse a possibilidade de interagir com o acervo e foi isso que me encantou. Fiquei horas abrindo gavetas que traziam mais e mais informações e objetos diferenciados, me surpreendendo a cada uma. Essa experiência eu levei para a nova exposição do MASJ, quando tive a oportunidade de dirigir aquela instituição. Sugeri à Museóloga responsável pelo projeto que incorporasse a ele o sistema de gavetas como uma maneira de aumentar o espaço expositivo do Museu e de atrair os visitantes para buscar mais informações. Incluímos várias gavetas sob as vitrines, o que foi um sucesso por vários anos.

A experiência em Portugal, durante meu pós-doutorado (2014), foi diferente, pois, reforçou minha percepção da importância da interdisciplinaridade e da valorização da cultura local como parte da identidade nacional. Visitei mais de 80 museus em Portugal e para além das exposições, conheci muitos profissionais de museus e aprendi muito com eles. Não posso deixar de evidenciar a experiência adquirida com profissionais renomados no campo da museologia, principalmente o Prof. Dr. Mário Moutinho que foi meu tutor durante o pós-doutorado.

Mais recentemente tenho tido a felicidade de visitar outros museus em diferentes países e gostaria de destacar apenas um deles para não me estender demais nessa questão. Trata-se do Museu à céu aberto, *Den Gamle By*, em Aarhus, na Dinamarca, que foi uma experiência realmente diferente de tudo o que eu já tinha visto. Esse Museu, criado em 1914, reúne uma série de edificações originais da Dinamarca, sendo que muitas foram retiradas, ao longo dos anos, de seus lugares de origem e remontadas ali, coisa que é tremendamente discutível pelos estudiosos do patrimônio. Eu mesma já fui uma crítica desse tipo de ideia. Porém, nos últimos anos tenho estado muito cética a respeito de nossas práticas e legislações voltadas ao patrimônio cultural, já que não apresentam praticamente nenhuma vantagem ao proprietário do imóvel e o que temos visto é a perda sistemática de valiosos exemplares de nossa história que são derrubados, um após o outro, durante à noite ou nos finais de semana...Não quero entrar nessa discussão, pois daria muitas páginas a mais nessa entrevista, mas apenas evidenciar uma experiência internacional que, sem dúvida, me faz pensar muito sobre aquela pergunta que sempre nos fazemos: patrimônio cultural para que e para quem?

Reflexões Pessoais

Cibele Dalina Piva: Qual projeto ou pesquisa você considera mais significativo em sua trajetória?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Muito difícil responder essa pergunta. Eu me envolvi muito em todos os meus projetos de pesquisa e dos meus orientandos, mas talvez possa destacar o projeto “Representações sociais sobre o patrimônio Histórico e Pré-colonial dos municípios circunvizinhos à baía da Babitonga (Joinville, Araquari, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Garuva e Itapoá)”, que iniciou em 2003 e depois se desdobrou em diversos outros projetos, subprojetos e diversas publicações. Foi uma sequência de projetos

interdisciplinares que envolveram muita gente e diferentes realidades em diferentes momentos e com resultados muito interessantes.

Destaco também o projeto que resultou no tombamento do prédio do antigo Cine Palácio, em Joinville, em 2002. Foi uma experiência prática com estudantes que envolveu pesquisa documental, mobilização social e culminou no primeiro tombamento municipal da cidade. Esse trabalho gerou um livro e uma exposição, consolidando a importância da ação acadêmica na preservação do patrimônio.

Cibeles Dalina Piva: Que conselhos daria para jovens pesquisadores que desejam seguir carreira em História, Patrimônio ou Museologia?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Também é difícil dar conselhos, geralmente a gente aconselha a partir de nossa experiência de vida, mas penso que cada pessoa possui uma personalidade diferente e aquilo que serviu para mim talvez não sirva para outros. No entanto, quando se fala em carreira de pesquisador seja em que área for, acredito que o primeiro passo seja a necessidade de buscar uma formação acadêmica, mas, ao mesmo tempo, ficar atento às necessidades e tendências do nosso país, ou seja, acompanhar as discussões, tratados e legislações, nacionais e internacionais, ligadas à sua área de atuação para que possa direcionar suas pesquisas às necessidades do mundo atual. Como já dizia Humberto Eco, as pesquisas devem ser úteis e interessantes não só para o pesquisador (e para seu ego), mas também para outras pessoas, preferencialmente para um grande número delas. Para isso é necessário estar aberto a desafios, estar constantemente atualizado e procurar direcionar sua formação para áreas que propiciem alcançar seus objetivos.

Resumidamente, recomendo que cultivem curiosidade, disciplina profissional e abertura para o diálogo interdisciplinar. É essencial valorizar tanto a teoria quanto a prática, e compreender que o patrimônio cultural é um campo vivo, que exige sensibilidade e compromisso social.

Cibeles Dalina Piva: Como vê o futuro da área de História, Patrimônio Cultural e Sociedade nos próximos anos?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Vejo que depois de muita luta, conseguimos algumas pequenas conquistas como, por exemplo, o reconhecimento da profissão de historiador

que, no meu caso, aguardava desde a minha graduação, no final da década de 1970. Esse reconhecimento pode abrir portas aos profissionais de História para além da docência que, infelizmente, continua desvalorizada em nosso país.

Vivemos em um tempo de rápidas mudanças e acredito que temos que nos adaptar às novas necessidades que o avanço das tecnologias está trazendo. Tanto o historiador como o profissional do Patrimônio Cultural devem se preparar para abraçar os desafios que virão, ficando atentos para se capacitarem/atualizarem antecipadamente, pois as mudanças são muito rápidas e as oportunidades só podem ser abraçadas por aqueles que estiverem preparados para enfrentá-las.

Vejo o futuro da área como promissor, especialmente se conseguirmos fortalecer a interdisciplinaridade e ampliar o diálogo com a sociedade. A valorização da cultura local e a integração com experiências internacionais podem enriquecer ainda mais o campo.

Cibele Dalina Piva: Como enxerga o legado que está deixando para o campo?

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes: Acredito que meu legado está na formação de gerações de estudantes e pesquisadores, na consolidação da área de Patrimônio Cultural na Univille e na contribuição para a preservação da memória e da identidade regional. Mais do que resultados individuais, considero que o impacto coletivo é o que realmente permanece. Não fiz nada sozinha, mas ajudei e participei em diversas frentes que me deram prazer. Responder a essas perguntas foi um exercício gostoso de voltar no tempo e lembrar de coisas que gostei muito de fazer. Memórias são seleções e, ao concluir essa escrita, fiz novos recortes em várias respostas que haviam se estendido para além da paciência de qualquer leitor.

Agradeço a oportunidade de dividir com vocês alguns fragmentos de minhas memórias.

Recebido em 13/07/2026.

Aceito em 16/07/2026.